

Capítulo 4: A Clínica e o Ato na Polícia Militar

A fala, mesmo no auge de sua usura,
preserva seu valor de tésseira¹

Jacques Lacan

4.1. Inventando o Analista (Militar)

O exercício da clínica psicanalítica num batalhão da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, iniciado com a formação de um quadro de oficiais psicólogos nessa corporação, está na base e na origem do interesse que nos move nesta dissertação em torno do tema do ato. Assim sendo, julgamos pertinente iniciar este capítulo com uma breve exposição do modo como essa prática clínica se constituiu e das transformações que ela vem sofrendo desde então para, em seguida, levantarmos algumas hipóteses a respeito da relação nesses sujeitos entre angústia e ato e a situação corporativa em que eles se encontram.

Há cerca de cinco anos, um grupo de psicólogos ingressou, através de concurso público para o Quadro de Oficiais da Saúde, na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro². Diferentemente dos outros profissionais de saúde dessa corporação, que eram lotados nos hospitais e nas policlínicas, a maior parte dos psicólogos foi encaminhada a batalhões de polícia militar, sob a seguinte justificativa: os policiais se encontram submetidos a freqüentes situações de estresse – notadamente, o risco de vida nos confrontos armados – e necessitam, por isso, de apoio psicológico imediato em seu local de trabalho, que inclui exercício de prevenção de estresse.

¹ Para nossa surpresa, a palavra tésseira comporta um significado militar em sua segunda acepção: “tabuleta quadrada na qual os chefes militares traçavam suas ordens, para um subalterno, o tesserário, transmiti-las às tropas”. Novo Dicionário Aurélio.

² Os 50 psicólogos que foram admitidos na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro como 1º Tenente, em janeiro de 2002, realizam diversas funções, tais como: atendimento clínico, recrutamento e seleção de praças e oficiais, atividades de ensino, entre outras. É importante esclarecer, portanto, que quando falarmos em clínica psicanalítica na Polícia Militar, não estaremos nos referindo ao trabalho realizado por todos os psicólogos, mas ao nosso em particular, que vem sendo discutido e teorizado há quatro anos com outros psicanalistas que trabalham nessa corporação militar no **Grupo de Discussão sobre a Clínica na Polícia Militar**, coordenado por Cristina Duba (EBP-Rio) e vinculado à Unidade de Pesquisa *Terceira Margem do Rio*, coordenada por Marcus André Vieira (EBP-Rio).

A prática clínica que nos foi demandada inicialmente – formação de grupos em que os policiais eram chamados a formular suas queixas, sofrimentos e demandas –, entretanto, revelou que tratamento preventivo de estresse de confronto armado, diagnosticado como uma necessidade institucional, jamais fora uma reivindicação dos policiais. Antes, suas queixas recaíam sobre questões como desvalorização profissional, arbitrariedade na aplicação do regulamento por parte dos superiores hierárquicos, precário estado das condições e instrumentos de trabalho (viaturas, armas, farda, etc.), baixos salários, etc.

Após um ano e meio, a partir de uma reformulação geral do projeto clínico inicialmente proposto ao quadro de psicólogos, foi facultada a cada profissional a escolha de continuar ou não com os grupos. Optamos por suspender sua realização, ainda que provisoriamente, pelos seguintes motivos: em primeiro lugar, visto que eles não correspondiam a um interesse espontaneamente manifestado pelos envolvidos, mas obrigação convocada por escala, não geravam resultados suficientemente proveitosos. Em segundo lugar, a liberação dos policiais do serviço de rua para a participação dos grupos se mostrava muito freqüentemente inexequível do ponto de vista institucional. Terceiro e fundamental: a consolidação de uma “queixa institucional” em grupo e quase unânime, através da qual os policiais sustentavam em bloco um discurso de vítima em relação ao Outro, responsabilizando a instituição por todos os problemas, suprimia, a princípio, a criação de um espaço no qual a fala não se manifestasse apenas como reverberação dos descontentamentos inerentes à situação corporativa.

Em relação aos atendimentos individuais, também houve, no início, dificuldades a serem enfrentadas, sobretudo ligadas ao fato de o corpo de psicólogos ocupar um lugar na hierarquia militar. Os sujeitos chegavam a nós cumprindo o protocolo militar que, de saída, sugeria uma relação de submissão, de vergonha e de medo: submissão do praça ao oficial, vergonha de falar para o seu superior sobre a sua intimidade e o medo de estar sob o olhar da Instituição e de ter seus segredos violados pelo regime militar. Em suma, o fato de pertencermos à corporação como oficiais de saúde, figurando dentro da estrutura hierárquica do regime militar como

tenentes, fardados e submetidos às leis e regras disciplinares que regem o militarismo, parecia estar na origem de uma sólida resistência inicial.

Eis, em última instância, o ponto em que se situava o impasse dessa clínica: os policiais que pareciam esperar por uma solução instantânea³ – a maioria, no início – para problemas “objetivos” institucionais não se adaptavam à proposta de tratamento e o interrompiam prematuramente, ainda que um grande sofrimento estivesse em jogo. Passamos, então, a investigar esse obstáculo ao trabalho analítico a partir do tema da resistência⁴, apesar de nos perguntarmos, assim como Lacan, se seria pertinente considerar o que se passa fora da análise sob esse termo.

Será que a resistência é um fenômeno que só se passa na análise? Ou é algo que podemos falar quando o sujeito passeia fora da análise, e mesmo antes de que venha a ela, ou depois que a deixou? Será que a resistência continua a ter o seu sentido fora da análise? (Lacan, 1986:33).

Comprometemo-nos explicitamente com a concepção da inclusão do analista nesse conceito, conduzida ao paroxismo na tese lacaniana de que “não há outra resistência à análise senão a do próprio analista” (Lacan, 1998 [1958]: 601). O que se afirma aqui com contundência é a implicação e a plena responsabilidade do analista tanto no estabelecimento quanto no processo de remoção dos obstáculos ao movimento de fala através do qual o sujeito se revela. A resistência é um conceito chave na determinação da responsabilidade do analista nas improvisações e invenções que o trabalho clínico, para não se desvirtuar ou se extinguir, lhe exige.

Procuramos, então, recolher os efeitos dessa proposta de atendimento nos batalhões de polícia militar a partir dessa particularidade que marca o lugar dos psicólogos na corporação, a saber, de oficiais psicólogos. Dado que esse lugar se caracteriza por uma duplicidade, a de tenente PM e a de psicólogo e, havendo na

³ De início, a demanda endereçava-se muito mais ao tenente do que ao analista, uma vez que os policiais acreditavam que poderíamos, por sermos oficiais, resolver suas dificuldades relacionadas ao trabalho, tais como: mudança de escala, transferência de batalhão, atenuação de punição, entre outras. Nesse sentido, vinham até nós para que solucionássemos seus problemas que, na maioria das vezes, eram ligados à Corporação.

⁴ O projeto de estudo com o qual ingressamos no mestrado tinha como tema o conceito de resistência. No entanto, acabamos sendo conduzidos, a partir de outras questões oriundas dessa mesma prática, a pesquisar o tema do ato.

patente uma nomeação que antecede a formação profissional, consideramos e apostamos na possibilidade de a clínica se fundar, a partir de um terceiro lugar não nomeado por esta duplicidade: o lugar do analista. Como o analista, nomeado por insígnias que não indicam que ele ocupa um Outro lugar, o lugar do saber inconsciente, poderia abrir brechas para uma fala interpretativa se estabelecer nessas condições? A nossa indagação visava situar o ato do analista nesse contexto.

Pouco mais de dois anos depois da nossa⁵ inserção nos batalhões, mudanças clínicas importantes começaram a ocorrer. Em termos quantitativos, aumentaram significativamente a procura e a continuidade dos atendimentos. Em termos qualitativos - se é que podemos nos exprimir assim -, efeitos analíticos passaram a ser claramente produzidos, resultando em modificações importantes naqueles que se renderam à tarefa psicanalisante. Acreditamos que essa transformação na clínica se deve ao fato de termos, durante esses dois primeiros anos, ocupado um certo lugar de “extimidade”: não cedemos do nosso desejo de analista, nem tampouco desconsideramos nosso atributo “militar” que, exercendo influência no estabelecimento da transferência, nos convoca a “se servir” dele nos limites do manejo clínico.

Nesse contexto de transformação, deparamos com a questão do ato, que se nos impôs como um tema a ser investigado em primeiro plano. Constatamos, a partir da observação e manejo de casos singulares nessa clínica específica, a presença de certo modo privilegiada do “agir”. Aqui, mesmo quando não consumado, o “agir” parece pairar no horizonte como forma recorrente de se responder aos impasses subjetivos.

O policial militar é, num certo sentido, um sujeito como qualquer outro. Mas assumimos aqui o risco de afirmar que, por razões que precisam ser expostas, há um sentido em que ele, justamente enquanto policial militar em busca de tratamento psicanalítico, é um paciente diferenciado. Na medida em que apostamos nessa diferença, precisamos mostrar essencialmente, sempre a partir da experiência clínica,

⁵ O “nossa” refere-se aqui aos psicanalistas militares que compõem o **Grupo de Discussão sobre a Clínica na Polícia Militar**. As considerações expostas neste capítulo expressam bem algumas das questões que vem sendo levantadas e desenvolvidas ao longo desses anos por esse grupo de psicanalistas. Constatamos em nossas discussões que houve uma transformação muito evidente e significativa na experiência clínica de cada um, a partir do segundo ano de nossa entrada na Polícia Militar.

que existe uma conexão característica e suspeitamente recorrente entre as relações de angústia e ato nesses sujeitos e a situação corporativa em que eles vivem e a que se refere sua fala na instância clínica. Procuraremos aqui indicar algo da natureza dessa conexão com uma dupla preocupação: de um lado a de evitar o abuso das generalizações e tipificações de caráter psico-sociológico; de outro a de enfrentar o desafio e o risco de refletir sobre sujeito, angústia e ato no quadro circunstanciado de uma instituição que, por ser instituição e por ser “uma”, expõe à investigação clínica alguma regularidade.

4.2. Da Ação Policial à Passagem ao Ato Falha

Nossa experiência clínica, confirmando as mais imediatas intuições, constatou nessa instituição militar a presença, disseminada nas diversas instâncias, de uma certa exortação ao agir, tributária do elevado valor de que aqui, por razões evidentes, sempre desfrutou a idéia de ação. Porque o que se espera do policial militar é que ele aja e que seu ato, é claro, não falhe, muitas ações aí se produzem, tanto acertadas quanto falhas. Isso não significa, entretanto, que estejamos aqui privilegiadamente às voltas com atos, entendidos, a partir da idéia de corte e instauração do novo presentes da teoria lacaniana. De saída, sabe-se que o policial e sua corporação precisam ser e são aqueles que agem. A quantidade e a qualidade do ato que eventualmente acompanha e corresponde a essas ações é justamente o que pretendemos, com base numa reflexão sobre nossa experiência nessa clínica, conceber melhor.

Como representante da lei e do Estado, o policial militar está autorizado a agir em nome da manutenção da ordem e da segurança pública. Independentemente da patente que o identifique, ele desempenha e representa “funções em relações às quais o sujeito fica como que alienado – são funções da fala das quais ele é o suporte, mas que ultrapassam em muito sua particularidade” (Lacan, 1999: 274). A princípio, as ações policiais se inscrevem e são esperadas no campo dessas funções.

Há certos modos do agir, contudo, que não se enquadram no campo das ações da Polícia Militar. Eles se destacam do conjunto das ações policiais por trazerem à cena algo que implica o sujeito “no mais íntimo de si mesmo” (Lacan: 2005: 191), a

saber, o objeto *a*. Para estas ações, talvez, possamos reservar o termo “ato” (em sentido *lato*). Contrariamente à ação policial, que visa a manutenção ou o restabelecimento da ordem pública, no ato há, como vimos, uma ruptura da ordem prévia, um corte que marca um antes e um depois e que, necessariamente, efetua uma mutação no sujeito.

Na experiência clínica na Polícia Militar, a passagem ao ato - definida como tal, como foi visto, somente após sua realização - tem se apresentado, muito freqüentemente, como o motivo que traz o sujeito ao tratamento. Ela ocorre, não raro, no “vestíbulo” da análise, o que não significa dizer que ela é alheia ao tratamento analítico. Ao contrário. Fomos advertidos pela própria experiência clínica a considerar a passagem ao ato como “causa” freqüente que leva o sujeito ao encontro com o analista. Tem sido muito comum que policiais nos procurem após terem realizado uma ação impulsiva ou tão logo percebam que estão prestes a realizá-la. Nesses casos, o sujeito sente-se compelido a cometer um ato que, no fulgorar de um instante, se mostra como a única solução disponível para um estado de angústia. Temos nos perguntado então sobre a passagem que pode ser franqueada ao sujeito, no encontro com o analista, que possibilite uma transformação da angústia por outras vias que não, necessariamente, a passagem ao ato. Assim, pareceu-nos fundamental realizar uma investigação que viesse a lançar luz sobre o possível tratamento do que se apresenta na porta de entrada do tratamento.

Entre o que se passa no vestíbulo da análise e o que disso transforma-se em causa de tratamento, há um franqueamento que não pode ser desconsiderado. Em muitos casos, decidir procurar o analista militar “é, afinal, algo que merece o nome de ato” (Lacan, 1967-68, lição de 15/11/67). Ainda que o sujeito não nomeie de psicanálise o que ele aí procura, não deixa de ser um ato “decidir-se, com tudo o que isto comporta, decidir-se a fazer o que chamamos uma psicanálise” (*loc.cit.*). A decisão em ato de procurar o analista “comporta um certo engajamento” (*loc.cit.*) daquele que vem procurar um “saber” que alivie sua angústia e detenha seu ato.

Vimos que a passagem ao ato, constituindo-se como uma negação da impossibilidade de um saber absoluto, compromete-se com a afirmação da crença no saber. Nesse sentido, a passagem ao ato acaba por relançar a busca cega de um saber

suposto que se afirma em oposição à verdade do sujeito. Enquanto o sujeito caminha no sentido do saber suposto, o tratamento analítico deve caminhar no sentido de fazer aparecer a falha da passagem ao ato que, como falha constitutiva da afirmação do saber suposto, não deixa de trazer consigo algo da dimensão da verdade do sujeito.

Exporemos a seguir algumas considerações que têm encontrado bastante ressonância entre os psicanalistas que formam o Grupo de Discussão sobre a Clínica na Polícia Militar⁶. Nas duas próximas seções, trabalharemos em torno de duas principais idéias: a primeira consiste numa distinção que estabelecemos entre “perigo interno” e “perigo externo”, ligando aquele, mais do que este, a um efeito de contingência que, freqüentemente, aciona a angústia e a passagem ao ato; a segunda consiste numa articulação, a partir da figura do “Comandante”, entre ideal de eu e objeto *a*.

4.3. O Perigo Interno à Corporação

O policial militar não parece desavisado quanto à natureza do trabalho que deve exercer. Sabe que terá que enfrentar diretamente, com a exposição de seu corpo, a criminalidade, entre outras atribuições que deve assumir na manutenção da ordem pública. O risco de vida, portanto, não é ignorado, sendo considerado parte da profissão e da escolha por ela. O medo, relativo a esse risco, circunscreve-se a partir de um objeto bem definido: o inimigo que pode ferir ou matar.

Contrariamente ao que poderíamos imaginar, vemos a partir de nossa experiência que a maioria dos policiais não manifesta tanto medo em relação aos riscos que a profissão acarreta, quanto em relação às possíveis injustiças que acredita poder sofrer dentro da própria corporação. É comum ouvirmos eles expressarem o desejo de estar no combate, afirmando que é disso que gostam na profissão. Esse tipo de trabalho só se configura como um problema, na medida em que eles se sentem na iminência de serem presos ou punidos. No que se refere à corporação, portanto, há um medo constante de uma punição injusta, de uma mudança de escala como forma de castigo, de ficar preso à disposição do comandante ou de não ser compreendido quando precisa se explicar para seu superior imediato. O problema, segundo dizem,

⁶ Ver notas 2 e 5.

não se refere à submissão ao militarismo e a suas regras, mas à arbitrariedade e ao desrespeito na aplicação do regulamento que orienta a disciplina militar.

Assim, o “perigo interno” parece muito mais expressivo que o “perigo externo”, ou seja, o modo de funcionamento da instituição lhes soa muito mais ameaçador do que o risco vivido no confronto armado. Essa suposta divisão entre perigo interno e perigo externo, suscitada a partir do que recolhemos no discurso dos policiais, remete-nos a “um tema quase literário, um lugar comum” (Lacan, 2005: 176), a saber, à distinção entre angústia e medo, assim como, à distinção, estabelecida por Freud, entre angústia neurótica e angústia realística. A elaboração freudiana de perigo externo e o perigo interno assumirá um caráter metafórico em nossas considerações, pois veremos a seguir que o emprego que efetuamos desses termos não equívale exatamente ao que Freud preconiza com eles. Ainda assim, julgamos pertinente expor, sucintamente, suas considerações a esse respeito.

Apesar da diferenciação que Freud visa estabelecer entre a angústia e o medo a partir da ausência ou da presença, respectivamente, de um objeto, a angústia é, segundo ele, *Angst vor etwas*, “angústia diante de algo” (Freud, 1990 [1926(1925)]: 189). Só que algo que não é evidente. Ela é definida por ele como o estado particular de se esperar o perigo ou preparar-se para ele, ainda que possa ser desconhecido.

Em sua primeira teoria da angústia⁷, Freud estabelece uma distinção entre o que ele denomina de angústia realística e angústia neurótica. Enquanto a primeira seria “uma reação à percepção de um perigo externo – isto é, de um dano que é esperado e previsto” (Freud, 1990 [1916]: 459), a segunda expressaria o temor de um perigo interno, não conscientemente reconhecido, a saber, o temor do sujeito em relação a sua própria libido.

No contexto da reformulação da teoria da angústia em *Inibição, Sintoma e Angústia* (1926[1925]), a distinção entre angústia realística e angústia neurótica é revisada por Freud sob a luz de uma segunda distinção que ele estabelece. Partindo ainda das situações de perigo, ele introduz a distinção entre a angústia automática e a

⁷ Há acordo em reconhecer em Freud duas teorias da angústia. O marco dessa divisão é o texto *Inibições, Sintomas e Ansiedade* (1926[1925]), que inaugura uma nova concepção da angústia. Para a “primeira teoria da angústia”, a referência que utilizamos é a *XXV Conferência Introdutória sobre Psicanálise* (1916).

angústia como sinal. Existiriam duas reações possíveis tanto em relação ao perigo real quanto em relação ao perigo interno, pulsional: uma se constitui como uma irrupção de angústia – angústia automática - e a outra como uma ação protetora – sinal de angústia. A situação de perigo é definida por Freud como a expectativa em relação à repetição de uma situação de desamparo físico ou psíquico, ou seja, à repetição de uma situação traumática. Logo, de um lado, a angústia constitui-se como uma expectativa de um novo trauma e, de outro, “como uma repetição dele em forma atenuada” (Freud, 1990 [1926(1925)]: 191).

Retomando a angústia neurótica e a angústia realística, Freud sustenta que a exigência pulsional da primeira só se torna um perigo interno na medida em que sua satisfação acarreta em um perigo externo, ou seja, na medida em que o perigo interno representa um perigo externo. Inversamente, o perigo externo – real – só se torna significativo para o eu se ele é internalizado. “Ele deve ter sido reconhecido como relacionado com certa situação de desamparo que foi experimentada” (Freud, 1990 [1926(1925)]: 193). Essa divisão mostra-se, então, relativa, na medida em que há uma complementação do interno pelo externo, esse fazendo com que aquele ganhe um caráter traumático.

A ausência de objeto proposta por Freud em relação ao afeto de angústia é retomada por Lacan em seu Seminário X, onde ele nos convida a apreender aí uma presença, ou seja, o surgimento do objeto como algo não nomeável, fora do significante. Ele retifica a proposição de Freud, afirmando que “a angústia não é sem objeto” (Lacan, 2005: 101), o que não significa dizer que ela tem um objeto. Como vimos no primeiro capítulo dessa dissertação, a angústia aparece como sinal da presença do objeto, sem que o sujeito saiba, no seu aparecimento, de que objeto se trata. Portanto, quando Freud afirma que a angústia não tem objeto, pode-se dar um passo adiante e dizer que aí não há objeto que possa ser nomeado. Com Lacan, nós chamamos esse objeto de objeto *a* para assinalar que ele não é da ordem do significante, mas que quando suposto, causa o desejo e quando presente provoca a angústia, afeto-sinal que não engana quanto ao real⁸.

⁸ A concepção lacaniana de angústia é desenvolvida no primeiro capítulo desta dissertação.

A partir de três exemplos retirados de um romance de Tchecov que contradizem a idéia de que o medo tem necessariamente um objeto definido, Lacan propõe uma inversão também em sua definição⁹. É significativo de erro, segundo ele, que sejamos levados a acentuar que o medo tem um objeto. Muitas vezes, o que o sujeito teme “não é coisa alguma que o ameace, mas algo que tem a característica de se referir ao desconhecido do que se manifesta” (Lacan, 2005: 177). Nesses exemplos, é do medo que se trata, e não da angústia. Neles, “o sujeito não está pressionado, implicado nem interessado no mais íntimo de si mesmo” (*loc.cit.*), frase que, pelo avesso, fornece uma das preciosas definições lacanianas da angústia.

Restabelecida uma certa distinção entre medo e angústia, podemos extrair dela uma primeira consequência: o medo é uma forma de sintomatizar a angústia; ele constitui-se como uma resposta sintomática do sujeito em relação à angústia. Lancemos mão das fobias infantis como o melhor exemplo para aceder a essa idéia. O que encontramos aí é uma manobra subjetiva que tem como propósito suprir com significantes – medo de escuro, medo de lobo, medo do desconhecido, etc. – a angústia que expõe o sujeito ao real. O medo, na medida em que permite ao sujeito circunscrever e evitar o objeto fóbico é, assim como qualquer outro sintoma, uma solução encontrada pelo sujeito no que se refere a possibilidade de domesticar a angústia. Não podemos deixar de nos referir a uma segunda consequência da relação entre medo e angústia: o medo “guarda um resto de angústia” (Barros, 2004: 57). As fobias nos mostram exemplarmente que o objeto do medo nunca está totalmente livre da angústia, daí a premência da mudança de objeto que ocorre com frequência nelas.

Retomando agora a distinção, tal como estabelecemos no âmbito da Polícia Militar, entre perigo externo e perigo interno - lembrando que o primeiro, menos incidente, estaria ligado ao medo de ser morto ou ferido no combate e o segundo, bem presente, ao medo de sofrer injustiças e punições arbitrárias dentro da corporação - pretendemos efetuar uma conexão entre essas duas formas de perigo e de medo com a angústia.

Por que haveríamos de distinguir essas duas expressões do medo, se sabemos que, do que quer que seja, o medo é uma maneira de sintomatizar a angústia? Por

⁹ Cf. Lacan, 2005: 176-177.

suspeitarmos que há uma diferença essencial entre elas. Parece-nos que o que denominamos de medo interno à corporação cumpre precariamente a função de proteger o sujeito da angústia, acabando por produzir o retorno dela como efeito de uma solução mal sucedida. Ao invés de simplesmente guardar um resto de angústia, o medo interno traz para a cena “o resto” que concerne à angústia propriamente. Ainda que ambas as formas de perigo possam ser vias de encontro do sujeito com o real, já que esse encontro é sempre contingente e imprevisível, o perigo interno parece favorecer, pelas razões que veremos, o acometimento da angústia, como sinal desse encontro. E isso porque, e aí assumimos os riscos de nossa hipótese, o interno da corporação diz respeito ao interno do sujeito, ao mais íntimo dele mesmo. Eis a idéia que pretendemos expor e defender aqui.

Alguns elementos - que deflagram como a relação entre o privado e o público se estabelece na corporação - nos conduzem em direção a essa hipótese. Aquele que ingressa na Polícia Militar, é conduzido a identificar-se, pelo “amor à farda”, à corporação, assim como, a tomá-la como sua segunda família, donde a expressão “a família policial militar”. Essa expressão, que identifica a corporação a uma grande família, à qual cada policial é levado a nutrir o sentimento de pertencimento, faz referência também à inclusão da própria família do policial na corporação. Nesse sentido, vale citar o fato habitual de as mulheres dos policiais se dirigirem ao batalhão onde seus maridos servem, para prestar queixas deles ao comandante. É muito freqüente, aliás, que o policial, antecipando-se a algum problema de sua vida privada que, poderia “bater na porta do batalhão”, leve, ele próprio, a sua versão do problema ao conhecimento de seu comandante. Observamos, então, que é mais do que comum, que questões íntimas que ultrapassam em muito a esfera profissional e que aparecem como “excessos” da vida íntima do policial sejam endereçadas ao batalhão.

Esse endereçamento configura-se como uma espécie de “pedido” no sentido de que o comandante exerça um tipo de paternalismo que lhe permite ingerências na vida privada e, portanto, na economia de gozo de seus comandados. Pela mesma via em que é feito um apelo à lei da corporação, no sentido de barrar certos excessos que dizem respeito ao “interno” do sujeito, ao seu modo de gozo, a corporação passa, ela própria, a representar algo desse “interno”, desse “íntimo”. Essa relação “tão íntima”

que se estabelece entre a corporação e o sujeito que decide “vestir a camisa” azul, a ponto de o batalhão se configurar como o palco, a cena, para onde o sujeito traz os problemas de sua vida privada parece-nos, então, muito significativa e característica dessa instituição em particular.

Seguindo essa linha, vemos que, em contrapartida, o desamparo em relação às leis que regulam os modos de gozo na corporação leva o sujeito ao encontro da angústia e às diferentes formas de ato. Se é que podemos estabelecer alguma generalização a seu respeito, uma vez que, na angústia, “o sujeito é premido, afetado, implicado no mais íntimo de si mesmo” (Lacan, 2005: 191), diríamos que ela não deixa de dar seu sinal quando o policial se vê, contingencialmente, desprotegido e desorientado em relação aos seus superiores, às leis aplicadas por eles e, conseqüentemente, ao grupo que pertence.

A contingência e a falta de garantias diante dos significantes que se apresentam, de um lado, fixados e bem delimitados nos regulamentos militares e, do lado oposto, suscetíveis a todo tipo de mal entendidos, interpretações e manobras - próprios da linguagem -, levam o policial a um estado denominado por Freud de expectativa angustiada¹⁰. A expressão “nunca se sabe” descreve bem essa forma de angústia, na qual o sujeito espera algo que está por vir, que o ameaça. A angústia da espera em relação à indeterminação do porvir na corporação e ao mal que dele pode advir, não raro, surge quando o policial, forçosamente, se dá conta que o Outro – aquele que supostamente rege a lei, os regulamentos e as regras – não funciona segundo uma lógica clara e confiável, mas, ao contrário, mostra-se absolutamente instável e imprevisível e, por isso mesmo, ameaçador. Logo, quando o policial é surpreendido, no campo da fala e da linguagem dessa corporação, pela instável apresentação do Outro e pela incoerência na aplicação das leis que regem a aliança entre os seus membros, não é incomum que a angústia advenha e que uma exortação ao agir se faça presente.

¹⁰ A expectativa angustiada ou angústia expectante é descrita por Freud como “uma apreensão generalizada, uma espécie de angústia livremente flutuante, que está pronta para se ligar a alguma idéia que seja de algum modo apropriado a esse fim [...]” (Freud, 1990 [1916]: 464). A formulação desse parágrafo, de nossa autoria, encontra-se no trabalho: Notícias de uma clínica particular: onde está o (P)ai (M)ilitar? In: *Latusa Digital*, 2006, Ano 3, nº 25 : http://www.latusa.com.br/larmartex25_3.htm

4.4. A Incorporação da Angústia

Um grupo se constitui a partir de uma exceção que vai funcionar como o lugar da lei. É isso que Freud nos transmite em *Totem e Tabu*, através do mito da horda primitiva, que retrata o assassinato daquele pai que detinha todas as mulheres para si, enquanto seus filhos não podiam gozar delas. O parricídio acaba por fundar um lugar simbólico: o lugar do Pai morto. A interdição de que qualquer um dos filhos venha a ocupar esse lugar, que deve permanecer vazio, possibilita que, em torno dessa exceção, se estabeleça o laço entre os irmãos.

As fórmulas da sexualização apresentadas por Lacan em seu vigésimo seminário são compostas por premissas oriundas do mito freudiano do pai da horda primeva. A primeira premissa do lado masculino das fórmulas da sexualização ($\forall x \phi x$ = para todo x temos a função fálica de x) é universal, sendo válida para todo x , a saber, para todo sujeito na posição masculina. Ela indica que “é pela função fálica que o homem como todo toma inscrição, exceto que essa função encontra seu limite na existência de um x pelo qual a função ϕx é negada” (Lacan, 1985: 107). Logo, a condição para que ela se afirme como uma premissa universal, é que haja uma exceção a ela. A segunda premissa ($\exists x \overline{\phi x}$ = existe ao menos um x que diz não à função fálica de x) o ilustra: há, ao menos um x que não se inclui na regra. Esta premissa tem o pai da horda primitiva, o pai morto, representado pelo x .

Na formação de um grupo, o líder é aquele que, por um traço particular e idealizado, remete todos os membros do grupo ao lugar vazio do pai, ao lugar do pai morto. É a partir desse lugar de exceção que Lacan situa o Nome-do-Pai como função. Com isso bem montado, evita-se o encontro com o insensato da lei, com o real do pai, ou seja, com o gozo do pai que fica relegado ao infinito. Sempre à espreita, entretanto, esse gozo não deixará de aparecer na fantasia de cada sujeito.

O estudo de *Psicologia das Massas e Análise do Eu* (1921) desenvolve-se a partir da suposição inicial de que os laços emocionais constituem a essência de um grupo. É a Eros que Freud atribui o poder de manter um grupo unido, pois, as relações amorosas constituem “a essência da mente grupal” (Freud, 1990 [1921]: 117). Em relação ao Exército, Freud afirmará que “o comandante-chefe é um pai que

ama todos os soldados igualmente e, por essa razão, eles são camaradas entre si” (Freud, 1990 [1921]: 120). Segundo ele, se essa ilusão sustentada por cada membro da corporação em relação ao amor do comandante se dissipasse, o exército se dissolveria. Esse laço mútuo entre os indivíduos ancora-se, portanto, numa importante qualidade emocional comum que reside na natureza do laço com o líder¹¹. Assim, duas espécies de laços vigoram nos grupos: a identificação horizontal entre seus membros e a identificação vertical desses em relação ao líder que, como exceção, ocupa o lugar do ideal de eu de todos eles.

Trata-se de saber, então, o que leva os sujeitos a compartilharem de um mesmo ideal. O esquema que Freud propõe, no oitavo capítulo desse texto, responde a essa questão, sem deixar de colocar outra em seu lugar. Segundo ele, os indivíduos que formam um grupo, colocaram um só e mesmo objeto no lugar de seu ideal do eu, identificando-se, assim, uns com os outros. Daí advém a segunda questão: que objeto é esse, que é o mesmo para todos os membros de um grupo e que se situa no lugar do ideal do eu?

No seminário sobre *A Relação de Objeto* (1956-57), Lacan tece algumas considerações a respeito desse esquema, valorizando o cuidado de Freud de ligar os três objetos correspondentes à cada eu, a esse “objeto exterior, que está por trás de todos” (Lacan, 1995: 181). Ora, em relação ao ideal do eu, Lacan dirá que “não se trata simplesmente de um objeto, mas de algo está para além do objeto” (*loc.cit.*). Essas duas referências nos remetem ao objeto *a*, objeto que, por estar atrás do desejo, por ser sua causa, impulsiona o sujeito a desejar todos os outros objetos. Não nos parece descabido considerar, portanto, que o objeto *a* - ainda que Lacan não o tivesse concebido nesse momento de seu ensino - seja esse objeto que, em sua dimensão sublime, faça os sujeitos comungarem num mesmo ideal.

O que acontece, então, se o ideal cai por terra e o gozo do pai se encarna? Lembremos que o objeto reproduz essa dicotomia: enquanto está no infinito, está sob a áurea do sublime, logo que se encarna, surge em sua dimensão de dejetivo. Ora, a resposta, então, não pode ser outra senão a de que o laço com o líder e com o grupo se desfaz e a angústia sobrevém, como sinal da encarnação do objeto *a*.

¹¹ Cf. Freud, 1990 [1921]: 136.

Se, podemos reconhecer, na Polícia Militar, o general freudiano que ama benevolmente e de forma igualitária seus soldados, gerando neles essa identificação horizontal que os agrupa, também podemos reconhecer aí o seu ocaso, na perda dos ideais, onde o comandante parece ter mesmo perdido a cabeça? Daí, a “expectativa angustiada” do próprio policial, desamparado do comandante, de perder a cabeça e passar ao ato? Não podemos sustentar aqui senão a hipótese de que há angústia e ato apenas no caso de o general perder a cabeça para um sujeito¹². Portanto, a estrutura da massa e do Exército nos serve bem para abordar os efeitos da queda do ideal e da ascensão do objeto *a* em cada caso particular.

A experiência clínica nessa corporação tem nos mostrado que quando o policial não obtém mais a aprovação do grande Outro da Corporação, não é raro ele ser acometido pelo afeto da angústia. No mesmo movimento em que o ideal - sustentado pela identificação com o líder e, conseqüentemente, com os outros membros do grupo - se desfaz, o desejo do Outro mostra-se opaco, imprevisível e sem delimitações precisas e a dimensão do objeto *a* como presença angustiante vem à tona.

Observamos que, nessa situação, não mais identificado à figura do líder, nem ao grupo, é comum que o sujeito se identifique ao objeto *a*, encarnando o resto da corporação, em sua dimensão de “lixo”, “bucha”, “escória”, “pedaço de carne”, “peça da engrenagem”. Assim, aparece na fala dos policiais esses significantes que - acompanhados do afeto que não engana - apontam para o surgimento do objeto *a* na cena. Lacan, no seminário *A Angústia*, afirma que o masoquista aparece nessa função do dejetivo, do objeto *a*, “na aparência do dejetado, do jogado aos cães, à imundície, na lixeira, no refugio do objeto comum, por não podê-lo colocar em outro lugar” (Lacan 2005: 120). Essa indicação é válida para a nossa clínica na polícia que, vem nos indicando que o objeto *a* se impõe, muitas das vezes, como ponto de partida do tratamento. Sob um discurso “objetalizado”, encontra-se um sujeito identificado com o lixo da corporação. Quando o policial não se sente valorizado pelo comando ou por

¹² Ainda que observemos aí uma exigência maciça de gozo que parece condizente com a concepção do declínio do pai e da “ascensão ao zênite social” (Lacan, 2003 [1970]:411) do objeto *a*. Não entraremos aqui nessa discussão, mas deixaremos registrada sua pertinência nesse contexto.

algun superior, quando acha que seu trabalho não é reconhecido ou, entre outras causas, é frustrado em seus interesses, considera-se jogado fora como lixo. Os policiais presos que solicitam atendimento chegam invariavelmente referidos a esse significativo.

Ao invés de o sujeito recobrir o objeto de maneira singular, de se haver com ele apenas no mais privado do privado, com a fantasia, ou em seus sonhos e outras formações do inconsciente, o sujeito identifica-se a ele. Quando algo dessa ordem aparece, quando o policial se encontra do lado do objeto dejetado dessa Corporação, o ato torna-se, então, uma saída para a angústia que lhe acomete. Essa identificação com o dejetado não raro leva o sujeito a se lançar num ato impulsivo e não sem conseqüências. Ninguém melhor que o analista, nesse momento, para recolher o que se produz como “resto” nessa Corporação. Que daí o sujeito advenha, essa é a sua aposta.